

COMUNICAÇÃO EM SIMPÓSIO TEMÁTICO - POVOS INDÍGENAS E A
FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO NO OITOCENTOS
(PROF. DR. JOÃO PAULO PEIXOTO COSTA - IFPI)

**JOÃO FRANCISCO DE SOUZA E LOURENÇO BORGES: DUAS
LIDERANÇAS INDÍGENAS NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA**

Francisco Eduardo Torres Cancela (fcancela@uneb.br)

Estudos recentes têm demonstrado a participação dos povos indígenas na construção do Brasil independente, principalmente por meio da atuação de vereadores, juízes e capitães-mores das chamadas vilas de índios. O protagonismo indígena nesse contexto foi deveras favorecido pelo alargamento do espaço político e a politização das lideranças indígenas no período de implantação do Diretório dos Índios, quando, após a expulsão dos jesuítas e posterior transformação das aldeias jesuíticas em vilas, a legislação pombalina assegurou o autogoverno indígena, ainda que submetido a um rígido regime tutelar orientado por um programa de “reforma dos costumes”. No tempo da independência, as lideranças indígenas souberam aproveitar os cargos dos governos locais para participar daquela conjuntura de crise, construindo pactos políticos com o novo monarca, forjando alianças com diversos setores sociais e até mesmo irrompendo rebeliões e revoltas em defesa de seus direitos. Esta comunicação apresenta a posição de duas lideranças indígenas envolvidas no processo da independência na Bahia: de um lado, o capitão João Francisco de Souza; e, do outro, o capitão Lourenço Borges. Ambos eram moradores de vilas de índios originadas dos antigos aldeamentos jesuítas, denominadas, respectivamente, vila de Santarém e de Trancoso, localizadas no litoral sul da

província. João e Lourenço utilizaram a autoridade de seus cargos para mobilizar militarmente seus subordinados na guerra que se instalou na Bahia a partir de 26 de junho de 1822, quando alguns membros da elite baiana se agruparam em Cachoeira e iniciaram a organização de uma força militar para expulsar os portugueses que ocupavam Salvador sob o comando do general Madeira de Melo. No entanto, os dois capitães tomaram lados opostos na guerra, tendo o primeiro atuado a favor da independência ao comandar tropas de indígenas que foram deslocadas para servir nos campos de batalha no Recôncavo; e o segundo, por sua vez, se posicionou contrário a aclamação de D. Pedro em sua vila e liderou uma rebelião armada, cuja consequência foi a sua prisão e envio para a Corte do Rio de Janeiro. As duas lideranças também extrapolaram a jurisdição militar, não apenas participando de episódios de disputa política em suas povoações, como também ocupando posteriormente cargos na câmara municipal. Com a descrição e análise de suas atuações, busca-se demonstrar as diversas formas de participação dos indígenas na construção do Brasil independente. Em primeiro lugar, destaca-se a intenção de evidenciar a inserção autônoma e proativa das lideranças indígenas naquele contexto político revolucionário, através da qual procuravam, mesmo sem apresentar um projeto de nação, defender o que entendiam como direitos herdados do período colonial. Em segundo lugar, procura-se demonstrar como o recurso a pequenas trajetórias de vida pode revelar, ainda que de forma fragmentada, a complexidade do processo de Independência e a participação de indivíduos e segmentos anteriormente desprezados pela abordagem historiográfica dominante, entre eles os povos indígenas.